

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11

A secretaria de educação de um estado da Federação resolveu realizar licitação na modalidade convite com a finalidade de contratar empresa para a construção de novas escolas. Encerrada a licitação, com a habilitação das empresas e a classificação das propostas, o processo administrativo foi enviado ao secretário de educação do estado, autoridade competente para a aprovação do procedimento. Após examinar o processo, o secretário identificou que, devido ao valor da licitação, a modalidade juridicamente adequada seria a concorrência.

À luz da Lei n.º 8.666/1993 e da Lei Estadual n.º 14.184/2002, a autoridade competente

- A** deverá revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, desde que a decisão não acarrete lesão ao interesse público e prejuízo a terceiros.
- B** poderá anular a licitação por razões de ilegalidade, desde que provocada por alguma das empresas convidadas e assegurada a correspondente indenização pelos prejuízos causados.
- C** poderá revogar a licitação por razões de interesse público, desde que o fato superveniente identificado esteja comprovado no processo administrativo.
- D** deverá anular de ofício a licitação, por motivo de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- E** poderá optar pela convalidação da licitação para atender ao princípio da economicidade, desde que observado o prazo decadencial de três anos.

QUESTÃO 12

De acordo com a Lei Estadual n.º 869/1952, o ato pelo qual o servidor aposentado reingressa no serviço público, após verificação, em processo administrativo, de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria, denomina-se

- A** reversão.
- B** readaptação.
- C** transferência.
- D** reintegração.
- E** aproveitamento.

QUESTÃO 13

Maria, médica e servidora concursada da rede pública de saúde do estado de Minas Gerais, trabalhava em hospital localizado em Belo Horizonte. Após responder a processo administrativo disciplinar por inassiduidade, Maria foi punida pelo seu superior hierárquico, agente legalmente competente, com remoção para hospital público localizado na cidade de Juiz de Fora.

De acordo com a doutrina e a Lei Estadual n.º 869/1952, a punição aplicada a Maria configura

- A** legítimo exercício do poder de polícia, uma vez que a administração pública possui a prerrogativa de limitar direitos individuais para salvaguardar a ordem pública.
- B** legítimo exercício do poder disciplinar, uma vez que Maria violou o seu dever funcional de assiduidade.
- C** abuso de poder, na modalidade excesso de poder, uma vez que não foi respeitada a competência legalmente prevista para a aplicação da penalidade.
- D** legítimo exercício do poder hierárquico, uma vez que a relação de hierarquia pressupõe a competência do superior para aplicar aos subordinados penalidades, como a remoção.
- E** abuso de poder, na modalidade desvio de poder, uma vez que o ato administrativo de remoção foi praticado com finalidade diversa da prevista em lei.

QUESTÃO 14

O tribunal de contas de um estado, ao analisar as contas de determinado prefeito, verificou que houve gasto de recursos públicos com a elaboração de cartilhas escolares com nomes, símbolos e imagens que caracterizavam a promoção pessoal de autoridades públicas do município.

Nessa situação, a conduta do prefeito afrontou especialmente o princípio da

- A** boa-fé.
- B** razoabilidade.
- C** impessoalidade.
- D** economicidade.
- E** eficiência.

QUESTÃO 15

De acordo com a Lei n.º 13.303/2016, a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios, é a

- A** organização social.
- B** sociedade de economia mista.
- C** empresa pública.
- D** autarquia.
- E** fundação.

QUESTÃO 16

O governo do estado de Minas Gerais pretende celebrar parceria com determinada pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos qualificada como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). O ajuste administrativo envolve o repasse de recursos financeiros estaduais para a capacitação de professores da rede pública estadual.

No caso apresentado, para atrair o regime jurídico aplicável às OSCIP, o instrumento jurídico a ser celebrado entre as partes deverá ser o

- A termo de parceria.
- B contrato de direito privado.
- C convênio.
- D contrato de gestão.
- E contrato administrativo de concessão patrocinada.

QUESTÃO 17

Conforme a Lei n.º 8.666/1993, o regime jurídico dos contratos administrativos confere à administração pública a prerrogativa de

- A optar pelo contrato verbal nos casos de serviços prestados de forma continuada.
- B rescindi-los, unilateralmente, no caso de a contratada paralisar a obra sem justo motivo e sem prévia comunicação à administração pública.
- C alterá-los, unilateralmente, para aumentar em mais de 50% o valor do contrato no caso de ser necessário ampliar a quantidade do objeto contratado.
- D aplicar a sanção de suspensão permanente de participação em licitações públicas à empresa contratada no caso de inexecução total do ajuste.
- E ocupar provisoriamente bens imóveis vinculados ao objeto do contrato, independentemente da essencialidade do serviço.

QUESTÃO 18

Determinado município pretende delegar, a título não precário, a prestação do serviço de transporte público municipal à iniciativa privada, admitindo a cobrança de tarifa do usuário. Após a realização do devido procedimento licitatório, foi escolhida a melhor proposta.

De acordo com a legislação pertinente, o instrumento jurídico a ser celebrado deverá ser o

- A contrato de autorização de serviço público.
- B contrato de concessão de serviço público.
- C contrato administrativo de empreitada integral.
- D contrato de concessão administrativa.
- E contrato de adesão de permissão de serviço público.

QUESTÃO 19

De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, agente público que pratique dolosamente ato de improbidade administrativa estará sujeito, entre outras, às penalidades de

- A detenção e ressarcimento integral do dano, no caso de utilização, em proveito próprio, de bens integrantes do acervo patrimonial de autarquia estadual.
- B reclusão e pagamento de multa, no caso de omissão do dever de prestar contas.
- C suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público, no caso de concessão indevida de benefício tributário.
- D ressarcimento integral do dano e perda da função pública, no caso de ordenação de despesas não autorizadas por lei.
- E perda dos bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio e proibição de receber benefícios fiscais, no caso de ato que frustra a licitude de concurso público.

QUESTÃO 20

Compete aos tribunais de contas estaduais

- A exercer o controle interno do poder executivo estadual quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- B apreciar, para o fim de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, incluídas as nomeações para cargos de provimento em comissão.
- C fiscalizar os recursos federais repassados pela União às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos localizadas no território estadual.
- D julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens ou valores públicos de entidade da administração pública indireta estadual.
- E suspender, de forma cautelar e unilateral, a execução de contrato administrativo celebrado irregularmente por autarquia estadual.

DIREITO CONSTITUCIONAL**QUESTÃO 21**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é assegurada a todos os partidos políticos

- A a utilização de organização paramilitar.
- B a recepção de recursos financeiros de entidade estrangeira, desde que declarados.
- C a obtenção de recursos do fundo partidário para custear o acesso a rádio e televisão.
- D a aquisição de personalidade jurídica na forma da lei civil.
- E a vinculação entre candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

QUESTÃO 22

A capacidade eleitoral ativa é inviabilizada pela

- A inalistabilidade.
- B incompatibilidade.
- C inelegibilidade funcional.
- D descompatibilização.
- E inelegibilidade relativa reflexiva.

QUESTÃO 23

A Constituição Federal de 1988 dispõe que são bens da União

- A as águas superficiais fluentes.
- B as águas subterrâneas em depósito.
- C as terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental.
- D as ilhas fluviais e lacustres.
- E as ilhas oceânicas e costeiras.

QUESTÃO 24

Determinado estado-membro se desfez de parte de seu território, e a população ali residente foi unida a outro estado-membro, sem que aquele perdesse a sua identidade originária.

Nessa situação, ocorreu a modalidade de formação de estados federados denominada

- A incorporação.
- B subdivisão.
- C desmembramento por anexação.
- D desmembramento por formação.
- E fusão.

QUESTÃO 25

O tribunal de contas estadual poderá recomendar a intervenção do estado em município caso

- A o prefeito apresente as contas após o prazo determinado em lei.
- B não tenha sido aplicado o mínimo da receita municipal para a manutenção da segurança pública.
- C o ente municipal deixe de pagar, por um ano, a dívida fundada.
- D haja indícios da prática de ato de improbidade pelo prefeito.
- E não tenha sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

QUESTÃO 26

A Constituição Federal de 1988 veda expressamente a edição de medida provisória que

- A verse sobre a seguridade social.
- B trate das diretrizes e bases da educação nacional.
- C regulamente a concessão de serviços locais de gás canalizado.
- D implique a instituição ou majoração de impostos.
- E regulamente o regime de portos e a navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.

QUESTÃO 27

No auxílio a comissão parlamentar de inquérito, o tribunal de contas poderá

- A julgar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração pública.
- B sustar o pagamento de despesa executiva irregular que possa causar dano irreparável à economia pública.
- C determinar o arresto de bens do investigado.
- D julgar as contas do presidente da República que tenham sido reprovadas.
- E solicitar que membro do tribunal de contas seja inquirido em local, dia e hora previamente ajustados.

QUESTÃO 28

As leis delegadas, elaboradas pelo presidente da República, são medidas que

- A serão apreciadas pelo Congresso Nacional — separadamente, em cada uma das casas que compõem esse órgão.
- B poderão ser estendidas para além do período da legislatura.
- C impedirão que o Congresso Nacional legisle acerca de matéria que já seja objeto de lei delegada.
- D poderão tratar dos planos plurianuais.
- E terão a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

QUESTÃO 29

O Tribunal de Contas da União é competente para

- A entregar os recursos dos fundos constitucionais de participação.
- B representar exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal em caso de desobediência a auditoria contábil de sua alçada.
- C fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe.
- D julgar conflitos de atribuições entre tribunais de contas dos estados e a União.
- E criar tribunais de contas nos estados-membros.

QUESTÃO 30

A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais das seguintes carreiras que exercem funções essenciais à justiça:

- A Ministério Público e auditoria dos tribunais de contas.
- B Ministério Público e advocacia pública.
- C Defensoria Pública e advocacia pública.
- D Ministério Público e Defensoria Pública.
- E advocacia pública e auditoria dos tribunais de contas.

DIREITO FINANCEIRO**QUESTÃO 31**

Ao apreciar a legalidade do orçamento público, um auditor de contas identificou leis delegadas, decisões judiciais, medidas provisórias e resoluções do Senado Federal que versavam sobre orçamento público.

Nessa situação hipotética, o auditor deve

- A dispensar a jurisprudência orçamentária e aplicar as medidas provisórias.
- B ignorar o aspecto político das referidas normas financeiras.
- C fazer cumprir as leis delegadas e as medidas provisórias.
- D desconsiderar as medidas provisórias e aplicar as leis delegadas.
- E observar os limites fixados em resoluções do Senado Federal e considerar a jurisprudência orçamentária.

QUESTÃO 32

Considere que um empenho classificado como global tenha sido cancelado em decorrência de descumprimento de obrigação pelo fornecedor durante o último mês do mandato de determinado prefeito. A esse respeito, julgue os seguintes itens.

- I A motivação dada para o cancelamento do empenho é válida.
- II O cancelamento do empenho tem fundamento na conveniência administrativa.
- III No último mês do mandato de prefeito, é válido empenho em valor superior a um duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 33

Fundo público criado por meio de lei ordinária, com dotação genérica e sem especificação dos gastos concretos de sua atuação, será analisado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais como

- A irregular, uma vez que a criação de fundo deve se dar por meio de lei complementar.
- B irregular quanto ao princípio da especificação, porque os fundos são exceção ao princípio da unidade de tesouraria.
- C regular, pois a criação, a instituição e o funcionamento dos fundos devem ser determinados por lei ordinária.
- D regular, pois os fundos são exceção ao princípio da especificação e da unidade da tesouraria.
- E irregular, visto que os fundos devem obedecer ao princípio da especificação dos gastos.

QUESTÃO 34

Empréstimo tomado por ente federativo para atender a despesas de restos a pagar

- A pode ensejar intervenção federal se não ocorrer o pagamento da dívida no exercício seguinte.
- B é receita pública em sentido estrito.
- C aumenta a dívida pública fundada.
- D possui a mesma classificação da dívida para atender a depósitos de cauções.
- E integra a dívida de longo prazo.

QUESTÃO 35

O princípio do equilíbrio orçamentário

- A veda a consignação de dotação global.
- B permite flexibilização em momento de recessão econômica.
- C impede a existência de déficits públicos.
- D dispensa o estabelecimento de metas fiscais.
- E exige o planejamento de ações orçamentárias por meio de programas.

QUESTÃO 36

O controle financeiro e contábil exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

- A abrange aspectos operacionais e de cumprimento de metas.
- B ocorrerá apenas de forma concomitante ou subsequente ao ato impugnado.
- C abrange o mérito e a conveniência do ato impugnado no aspecto contábil.
- D não se submete às regras constitucionais previstas para o Tribunal de Contas da União.
- E poderá atingir somente as pessoas jurídicas e os servidores públicos.

QUESTÃO 37

Receita decorrente de *royalties* da exploração de gás natural e auferida por município de estado federado é classificada como

- A transferência corrente.
- B outras receitas correntes.
- C receita de serviços.
- D receita industrial.
- E receita patrimonial.

QUESTÃO 38

A classificação das receitas tributárias adotada pela Lei n.º 4.320/1964 abrange

- A receita oriunda de alienações de bens.
- B receita oriunda de contribuições de melhoria.
- C juros oriundos de operação de amortização de empréstimos.
- D receita oriunda de empréstimos compulsórios.
- E receita oriunda de contribuições especiais.

QUESTÃO 39

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, o rol de competências dos tribunais de contas abrange

- A a fiscalização dos limites da despesa de pessoal em relação à receita patrimonial.
- B a legalidade das nomeações para cargos de provimento em comissão para fins de registro.
- C a realização de controle interno do Ministério Público.
- D a apreciação de concessão de reforma militar para fins de registro.
- E a função de alerta quando o montante da despesa total com pessoal ultrapassar metade do limite.

QUESTÃO 40

O tribunal de justiça, ao requisitar a inclusão na lei orçamentária anual dos valores decididos judicialmente a título de precatório, exerce atividade de natureza

- A administrativa decorrente de decisão judicial provisória ou definitiva.
- B judicial, mas, ainda assim, se submete à fiscalização pelos tribunais de contas.
- C judicial decorrente de decisão judicial definitiva ou provisória.
- D administrativa, submetendo-se, assim, à fiscalização pelos tribunais de contas.
- E judicial, razão por que não se sujeita à fiscalização pelos tribunais de contas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 41

Determinado município da Federação, ao instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e contribuição de melhoria, decorrente de obra pública, exerce, respectivamente,

- A competência residual e competência privativa.
- B competência privativa e competência residual.
- C competência comum e competência privativa.
- D competência privativa e competência comum.
- E competência comum e competência comum.

QUESTÃO 42

Um estado da Federação atribuiu a função de arrecadar tributos de sua competência a ente privado.

Considerando-se essa situação hipotética bem como a doutrina e o Código Tributário Nacional (CTN), é correto afirmar que o tribunal de contas local deverá julgar que o referido ato foi

- A legal, porque se admite a transferência da atribuição de arrecadar para entidade privada.
- B ilegal, mas a revogação do ato só poderá ser realizada bilateralmente para garantir a segurança jurídica.
- C ilegal, porque é vedada a delegação de competência tributária.
- D legal, porque o ente privado passou a ser sujeito ativo direto.
- E legal, porque o ente privado pode deter competência tributária.

QUESTÃO 43

O Tribunal de Contas do Estado verificou que determinado estado da Federação deixou de recolher imposto sobre doação a filhos menores, embora a legislação considere o donatário como contribuinte.

Nessa situação hipotética, os pais

- A terão responsabilidade pessoal.
- B terão responsabilidade por substituição.
- C terão responsabilidade solidária.
- D não serão responsáveis tributários.
- E terão responsabilidade subsidiária.

QUESTÃO 44

Um auditor de contas verificou que lei tributária havia entrado em vigência quando o fato gerador teve início, mas que este ainda não havia sido concluído.

Nessa situação hipotética, conforme o CTN,

- A deverá ser aplicada a legislação tributária se esta impuser pena menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da prática do ato, desde que a nova lei seja expressamente interpretativa.
- B deverá ser aplicada a lei tributária em razão da omissão legal quanto ao tratamento dado aos fatos geradores pendentes.
- C deverá ser aplicada a legislação tributária imediatamente, mesmo que não se trate de lei interpretativa.
- D não deverá ser aplicada a lei tributária, que se impõe exclusivamente para fatos geradores futuros.
- E deverá ser aplicada a legislação tributária somente se se tratar de lei interpretativa.

QUESTÃO 45

No que se refere à periodicidade, o IPVA e o ICMS possuem, respectivamente, fato gerador classificado como

- A continuado e instantâneo.
- B instantâneo e continuado.
- C complexo e instantâneo.
- D continuado e complexo.
- E instantâneo e complexo.

QUESTÃO 46

Um auditor de contas verificou que determinados municípios estavam deixando de auferir receita de ITBI em operações nas quais imóveis eram incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas, mas para uso próprio de particulares, o que ocorria com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo.

Nessa situação hipotética, de acordo com o CTN,

- A a autoridade administrativa poderá desconsiderar o referido negócio jurídico e realizar a exação tributária.
- B não há previsão legal para a autoridade administrativa desconsiderar o negócio jurídico realizado.
- C não será possível realizar a exação do ITBI, haja vista a inoocorrência do fato gerador.
- D somente decisão judicial poderá desconsiderar o negócio jurídico e determinar a exação tributária.
- E a decisão judicial não poderá desconsiderar o referido negócio jurídico em respeito ao ato jurídico perfeito.

QUESTÃO 47

Acerca da natureza jurídica das exações, as cobranças de valores para sepultamento em cemitério municipal e para distribuição estadual de gás natural têm natureza jurídica

- A facultativa e compulsória, respectivamente.
- B compulsória em ambos os casos, porque essas cobranças decorrem de serviços públicos essenciais.
- C decorrente de contrato administrativo e de regime jurídico de direito público, respectivamente.
- D compulsória e decorrente de serviço público não essencial, respectivamente.
- E tributária e de preço público de cobrança compulsória, respectivamente.

QUESTÃO 48

Um contribuinte pretende compensar parcialmente tributo municipal com valores reconhecidos como repetição de indébito tributário municipal em sentença declaratória transitada em julgado.

Nos termos do CTN e à luz da doutrina, essa compensação

- A é regida pelas normas previstas no Código Civil.
- B poderá ocorrer mesmo que o valor devido ao particular for vincendo.
- C poderá ocorrer com créditos judiciais ainda não liquidados.
- D é hipótese de exclusão do crédito tributário.
- E amortizará primeiro os juros e depois o débito principal da obrigação tributária.

QUESTÃO 49

Determinado estado da Federação, ao inscrever crédito em dívida ativa tributária, indicou o valor de tributo estadual sem apresentar a forma de calcular os juros de mora.

Nos termos do CTN, essa certidão de dívida ativa

- A** será válida, por não ser requisito obrigatório.
- B** terá presunção absoluta, e eventual erro deverá ser impugnado por ação judicial.
- C** será válida, uma vez que a forma de cálculo tem previsão em lei estadual.
- D** será nula, mas poderá ser substituída até a decisão judicial de primeira instância.
- E** será ilíquida, caso os juros de mora decorrentes do crédito tributário não estejam fluindo.

QUESTÃO 50

O estado de Minas Gerais poderá expedir certidão positiva de débito com efeitos de negativa no caso de

- A** haver moratória revogada e créditos não vencidos.
- B** estar em curso execução fiscal em que tenha sido efetivada a penhora e haver remissão.
- C** haver anistia e isenção.
- D** haver créditos não vencidos e parcelamento.
- E** haver créditos vencidos e estar em curso execução fiscal em que tenha sido efetivada a penhora.

Espaço livre